



PLANO DE TRABALHO

Edital de Chamamento Público nº. 01/2021

Finalidade da Seleção: Seleção de OSC visando à celebração de parceria com o Estado da Bahia, por intermédio do CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco mediante a formalização de Termo de Fomento, nos termos e condições estabelecidos neste Edital.

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC

Dados da OSC

Nome da OSC: INSTITUTO MUTÁ

CNPJ: 09.333.522/0001-80

Data de Criação: 28/12/2007

Endereço: Rua Eraldo Tinoco – 19

Telefone: 75 99199-3816

Endereço eletrônico (e-mail): institutomutacadivalenca@gmail.com;

Dados do Representante Legal

Nome: Maria Vanuzia de Jesus Oliveira

Endereço: Caminho 22, casa 03, Urbis em Valença Bahia

Endereço eletrônico (e-mail): valenca@cadi.org.br

RG/Órgão expedidor/UF: 19507710 / SSP / BA

CPF: 541.535.145-00

B. OBJETO DA PARCERIA

Executar o Projeto: Rede Pólis – para adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. O compromisso do projeto é criar agentes transformadores que possam promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo na comunidade. Como sujeitos críticos e reflexivos participarem ativamente da sociedade em que vivem, ajudando a disseminar práticas cidadãs, tornando a comunidade mais informada, consciente e proativa diante das questões sociais a partir das oficinas de Advocacy que consistem em ações voltadas para a garantia de direitos e cidadania, acesso à inclusão e à justiça social.



C. OBJETIVO DA PARCERIA

Ao final do projeto, espera-se que os jovens participantes desenvolvam competências e habilidades que lhes permitam transformar positivamente suas comunidades e influenciar decisões políticas locais, elaborando criticamente diagnósticos das demandas sociais e potencialidades de desenvolvimento da comunidade, analisando os principais desafios e identificando oportunidades de progresso. Espera-se, também, que esses jovens estejam prontos para atuar nas instâncias decisórias de políticas públicas no município, levando a voz da comunidade aos fóruns de discussão e contribuindo para a formulação de políticas que atendam às necessidades locais. Além disso, a atuação desses jovens como multiplicadores das atividades do projeto na comunidade é uma meta essencial, por fim, o projeto busca formar lideranças comunitárias capazes de exercer um controle e gestão social efetivos sobre as políticas públicas.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

A cidade de Valença e o Bairro da Bolívia:

Valença é um município brasileiro no litoral do estado da Bahia, Região Nordeste do país. Ocupa uma área de 1 124,657 km² e sua população estimada em 2024 pelo IBGE era de 90 028 habitantes. O município é muito visitado principalmente por ser o principal acesso à Ilha de Tinharé, turisticamente famosa pelo povoado de Morro de São Paulo, mas também pela bela praia do Guaibim com o seu extenso areal, localizado a cerca de 17 km da sede do município. Valença é considerada a Capital do Baixo Sul, região que reúne 362 659 habitantes.

Com uma população estimada de 96.507 habitantes (2014)¹, concentrada sobretudo na zona urbana (72,59%), Da sua atividade econômica destaca-se a produção de camarão em cativeiro, de que é o principal produtor da Bahia, e a cultura e beneficiamento de cravo da Índia, pimenta do reino e de azeite de dendê.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 241 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3514 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,3 e para os anos finais, de 3,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 339 e 345 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 5114 e 5246 de 5570.

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 17.784,63. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 80 de 417 entre os municípios do estado e na 3396 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 77,76%, o que o colocava na posição 379 de 417 entre os municípios do estado e na 4018 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 339.720.936,97 (x1000) e o total de despesas

1 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

empenhadas foi de R\$ município nas posições 26 e 26 na 494 e 495 de 5570 entre



331.270.062,4 (x1000). Isso deixa o de 417 entre os municípios do estado e todos os municípios.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 21,01 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de (não há dados) para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 92 de 417 e (não há dados) de 417, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1060 de 5570 e (não há dados) de 5570, respectivamente.

Apresenta 59,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 44,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 67 de 417, 335 de 417 e 32 de 417, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1836 de 5570, 4349 de 5570 e 1038 de 5570, respectivamente.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,623, Valença ocupa a 3631ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e teve nas duas últimas décadas um crescimento de seu IDH de 65,69%, indo de 0,376 em 1991, para 0,623 em 2010.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social², são 16 comunidades quilombolas, além de diversas comunidades tradicionais como marisqueiras, pescadores artesanais e agricultores familiares.

A evolução positiva dos indicadores sociais em Valença, no período, segue a tendência de melhoria verificada em todas as regiões brasileiras, sobretudo nos municípios mais pobres, fruto de um maior investimento em políticas sociais e instrumentos de geração de renda. Isso pode ser atestado, entre outros, pelo aumento das unidades básicas de saúde, indo de 16 unidades em 2010 para 27 unidades em 2015³; pelo aumento de programas como o Minha Casa Minha Vida, de 8 unidades financiadas em 2010 para 353 imóveis em 2015⁴; pelo crescimento do número de famílias atendidas pelo Bolsa Família, de 3891, em 2004, para 9812 em 2014^{5, 6}; e pelo aumento nas transferências da União para o município, de R\$3.828.717,31, em 1996, para R\$70.663.354,98 em 2014⁷.

Apesar dos esforços dos últimos anos, Valença ainda concentra altíssimos níveis de pobreza e desigualdade, com grupos vivendo em situação de vulnerabilidade social e ainda carentes de

2 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastronico/gestao-municipal/processo-de-cadastramento/arquivos/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>

3 Plataforma de Indicadores do Governo Federal – Unidades básicas de Saúde: http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204996&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=

4 Plataforma de Indicadores do Governo Federal – Minha Casa Minha Vida: http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204867&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=

5 Fontes: IPEA Data: <http://www.ipeadata.gov.br/> e Ministério do Desenvolvimento Social, MDS:

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/Pagamento,P20Bolsa,P20Fam,PC3,PADlia,P20,P20AGO,P202014.pdf.pagespeed.ce.u1mpP_YGE.pdf

6 Há que se notar que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, houve uma diminuição progressiva de 8,5% no número de famílias atendidas pelo programa a partir de 2009. De 10.724, em 2009, esse número caiu para 9.812 famílias em 2014. Isso foi consequência da melhoria das condições socioeconômicas dessas famílias, que passaram a não mais atender aos requisitos para o recebimento do benefício.

7 http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp

intervenções públicas
seu empoderamento e inclusão



qualificadas de inserção social, visando
sócio-produtiva.

Na Bahia, praticamente todos os municípios litorâneos possuíam taxas acima de 47 homicídios estimados por 100 mil habitantes em 2022. Porém, dos 417 municípios baianos, somente 18 possuíam mais de 100 mil habitantes, praticamente todos com taxas acima da média do estado (38,0). Quatro desses municípios estão na Região Metropolitana de Salvador: Simões Filho (81,2), Camaçari (76,6), Salvador (51,1) e Lauro de Freitas (51,1). Próximo a eles, o município de Santo Antônio de Jesus (94,1) teve a maior taxa do Brasil em 2022, dentro aqueles com mais de 100 mil habitantes, seguido de Jequié (91,9), ambos na mesorregião do Centro-Sul Baiano.

Dentre os principais problemas existentes no município estão os crescentes níveis de violência, que faz com que Valença seja considerada a 41.a mais violenta do Brasil e a 15.a do Estado da Bahia⁸. Segundo dados do DATASUS, a cidade evolui de 13 óbitos por homicídios, registrados em 1999, para 84 em 2013⁹, um aumento de 84,52%. Enquanto o Estado da Bahia tem um índice de violência de 41,9 por 100.000 habitantes em 2013, em Valença esse índice é de 87,24 por 100.000 habitantes, ao passo que as Nações Unidas consideram como aceitável um índice abaixo de 10.

Dentre as principais vítimas de homicídios, os jovens entre 25 e 29 anos aparecem nas estatísticas oficiais como o grupo de maior vulnerabilidade a esse tipo de crime, e dentro desse os negros são as principais vítimas. Isso pode ser atestado pelas tabelas abaixo, com os números calculados pela taxa de 100.000 habitantes no ano de 2010 no município. Na primeira tabela, mostrando apenas os homicídios cometidos contra jovens. Na segunda, mostrando a população como um todo. Em ambas, considerando a divisão entre brancos e negros.

População Jovem 2010	Número de Homicídios Jovens							Taxas de Homicídio		
	Negro					Branco	Total	Negro	Branco	Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2010	2010	2010	2010
25.679	3	7	17	22	47	5	52	219,2	131,7	202,5

Fonte: Mapa da violência no Brasil: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_cor.php

População Total 2010	Número de Homicídios							Taxas de Homicídio		
	Negro					Branco	Total	Negro	Branco	Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2010	2010	2010	2010
88.673	3	7	17	22	82	8	90	112,6	55,0	101,5

Fonte: Mapa da violência no Brasil: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_cor.php

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

8 Fonte: Mapa da Violência no Brasil: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

9 DATASUS: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/sim/dados/cid10_indice.htm



E.1 AÇÕES:

Ações:

Ação 1: Mobilizar adolescentes, visando oferecer oficinas de formação conforme currículo apresentado na metodologia, e espaços qualificados de discussão de políticas públicas e sociais;

Ação 2: Reuniões comunitárias para percepção das necessidades locais;

Ação 3: Execução de eventos e ações de sensibilização da comunidade;

Ação 1: Alinhar com o público do projeto a proposta e metodologia a serem realizadas com enfoque na relevância da temática

Critério de aceitação

Ação 1- A proposta deverá ter como estratégia pedagógica o ensino de temáticas ligadas à cidadania e incidência política para adolescentes de 12 a 17 anos, em 2 turmas de 10 adolescentes, uma pela manhã e outra pela tarde, com carga horária mínima de 3 horas e máxima de 6 horas semanais, atendendo 20 beneficiários.

As turmas serão formadas por alunos com idades aproximadas, levando em consideração o território a ser trabalhado, através de matrículas específicas para a oficina em questão. A metodologia Rede Pólis apresenta um ciclo de aprendizagem teórico-prático e tem como objetivo orientar todas as ações previstas, direcionando a experiência de aprendizagem dos participantes

Ação 2 As reuniões comunitárias são importantes ferramentas de mobilização da comunidade para o engajamento cívico e construção de possíveis soluções de problemas.

No ciclo do método Rede Polis, as reuniões comunitárias são espaços de divulgação e debate sobre os apontamentos levantados na auditoria cidadã. O objetivo é que as pessoas dos diferentes setores da sociedade possam participar e co-criar soluções para os problemas comunitários trazidos pelos alunos.

Todos os passos de planejamento e realização das reuniões devem ser liderados pelos alunos do projeto e apoiados pelos educadores responsáveis.

Ação 3- Divulgar as ações é essencial para garantir que o público-alvo ou a comunidade em geral esteja ciente do que está acontecendo. A divulgação pode ter como finalidade promover um evento, educar a comunidade, informar sobre novos projetos ou envolver as pessoas de alguma forma.

Essa divulgação amplia o alcance da mensagem e maximiza o impacto das ações. Para alcançar o maior número de ouvintes, seria ideal utilizar múltiplos canais de comunicação, como rádio comunitária, mídias sociais, parcerias com influenciadores locais, e anúncios em locais públicos.

Ação 2: Os momentos com a comunidade devem ser dinâmicos para apresentação dos problemas locais.

Ação 3: As ações a serem realizadas devem ser divulgadas para o maior número de ouvintes.

E.2 INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO



QUADRO DE INDICADORES, METAS E

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Planejamento do Projeto Rede Pólis.		Indicador	Unidade	Meio de Verificação	Qtde. Meta (Ano I)												Parâmetro de Avaliação de Desempenho
					Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	
OBJETIVO DA PARCERIA	Executar o Projeto: Rede Pólis – Advocacy para a garantia de direitos e cidadania que consiste em ações que busca garantia de direitos, acesso a inclusão e à justiça social.	Indicador 1 Número de Participantes Engajados	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	100%
		Indicador 2 Ações de Incidência Política	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			80%
AÇÃO	Ação 1: Mobilizar 20 adolescentes, visando oferecer oficinas de formação conforme currículo apresentado na metodologia, e espaços qualificados de discussão de políticas públicas e sociais;	Indicador 1: Número de jovens adolescentes inscritos.	Quantidade de inscritos.	Ficha de inscrição.	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	100%
		Indicador 2: Número de adolescentes participantes no grupo	Quantidade de reuniões participadas.	Relatório de frequência Registros fotográficos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		70%
	Ação 2: Realizar 4 reuniões comunitárias para percepção das necessidades locais;	Indicador 3: Número de reuniões comunitárias realizadas.	Quantidade de participantes	Lista de presença Registros fotográficos			1		1		1		1				100%



Na primeira será feita a capacitação de 10 colaboradores da equipe de trabalho, com definição de atribuições, produção de materiais e aspectos logísticos necessários.

FASE 2 – Mobilização – 01



mês

Esta fase se caracteriza pela apresentação do projeto à comunidade, realizar sessões informativas nas escolas e nas associações comunitárias, onde um representante do CADI e a assistente social possam explicar o objetivo do projeto, os critérios de seleção e a importância da diversidade e igualdade de gênero no grupo. Inclui também a divulgação pelas redes sociais, a mobilização dos adolescentes nas escolas da comunidade, orientação, inscrições e definição do grupo, a partir dos critérios de gênero e diversidade social.

Antes da oficina de acolhida, realizar uma reunião interna para alinhar todos os envolvidos sobre os objetivos do projeto, metodologia, conteúdo, calendário de atividades e estratégias de monitoramento e avaliação.

Após as reuniões preparatórias segue-se à realização da oficina de acolhida, com formação dos grupos de trabalho, definição de horários, apresentação dos monitores, conteúdos, metodologia de trabalho, resultados esperados e mecanismos de monitoramento e avaliação.

FASE 3 – Formação – 04 meses

Esta fase é composta de duas subfases.

1- realização das oficinas de trabalho, onde serão desenvolvidos os temas: *Advocacy* para a garantia de direitos, 25h; Espiritualidade e cidadania, 20h; Democracia, Estado e poder, 3h; Políticas públicas/ Políticas sociais 3h; Direitos humanos fundamentais, 3h; Classes sociais 3h; Pobreza e desigualdade social, 3h; Gênero e cidadania, 3h; Cidadania e participação 3h; Movimentos sociais, 3; Trabalho em rede 3h; Liderança comunitária 3h; Orçamento público 3; Ferramentas de planejamento; Corrupção 3h; Gestão social e controle social de políticas 3h; Monitoramento e avaliação de políticas 3h. Totalizando 96 horas dos temas apresentados, acrescentando mais 90 horas de outras atividades, total geral de 186 horas do projeto.

Nesta subfase serão também realizados seminários temáticos com especialistas nas questões a serem tratadas no bimestre subsequente. Essas atividades serão realizadas em um dia útil da semana, para as quais toda a comunidade será convidada a participar.

2- mapeamento das principais políticas públicas e atores sociais do município, com formação de Grupos de Trabalho e realização de seminários temáticos periódicos com especialistas nos tópicos a serem tratados. Para o mapeamento realizar entrevistas com

líderes comunitários, de ONGs para entender suas



funcionários públicos, e representantes percepções sobre as políticas, além das

consultas públicas e escutas sociais para que a população expresse suas demandas e sugestões. Com base nos temas mapeados e nas demandas levantadas, organizar seminários temáticos com especialistas e atores locais, cada seminário pode focar em um tópico específico, como educação inclusiva, saúde preventiva, ou desenvolvimento econômico, para aprofundar o debate. Após, reunir as informações

coletadas em relatórios ou mapas visuais, mostrando os atores envolvidos, suas áreas de atuação, e as políticas vigentes, identificando pontos fortes e áreas de melhoria, além de possíveis interações entre políticas públicas e atores sociais.

FASE 4 – Planejamento da Ação – 02 meses

Terminada a fase de formação, o próximo passo é a discussão e formulação de um Plano de Ação, com vistas ao monitoramento e influência sobre as políticas públicas específicas no município.

Munidos do quadro de informações iniciais sobre as principais políticas e atores sociais no município, assim como o Diagnóstico Rápido Participativo realizado pelo CADI, reuniões comunitárias e grupos focais serão realizados, tendo como objetivo a elaboração do Plano de Ação Comunitário. As reuniões com a comunidade, que serão presididas pelos adolescentes e jovens, terão como foco uma discussão e avaliação dos equipamentos e serviços públicos do bairro a partir das informações trazidas pelo diagnóstico realizado, propondo soluções coletivas que comporão o Plano de Ação Comunitário, base para a ação de *advocacy*.

Esta fase se completa com a definição de estratégias de implementação do Plano, e os mecanismos a serem utilizados de acompanhamento das atividades de *advocacy*.

FASE 5 – Advocacy, Monitoramento e Divulgação – 4 meses

Tendo como base o Plano de Ação Comunitário, a última fase do trabalho consiste da atuação dos adolescentes e jovens nos órgãos diretamente envolvidos na elaboração e implementação das políticas sociais e gestão dos equipamentos públicos nas áreas escolhidas como objeto de ação.

Nesta fase, será também discutido e implementado o Observatório Jovem de Políticas Públicas, e a integração do mesmo com outras experiências com outras instituições como faculdades locais existentes. Para isso, é objetivo desta etapa a constituição de um fórum online de monitoramento de políticas e troca de experiências com outras realidades, visando

uma maior efetividade das
outros jovens e adolescentes



ações e o intercâmbio de ideias com
fazendo trabalhos similares.

O trabalho segue com uma avaliação participativa das atividades realizadas, o que envolve as estratégias empregadas pela equipe técnica e pelos grupos de trabalho, o envolvimento da comunidade no Projeto e os mecanismos a serem utilizados de acompanhamento da atividade de *advocacy* pelo grupo e continuidade do monitoramento de políticas, posterior ao trabalho de formação sendo finalizado.

G. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Ao longo do projeto, a equipe desenvolverá relatórios para documentar os avanços, as atividades realizadas e o impacto observado nas habilidades dos adolescentes e nas percepções da comunidade. Esses relatórios são importantes para refletir sobre os resultados e orientar futuras ações de capacitação, observando o nível de engajamento dos participantes durante o processo (presença, frequência, e envolvimento nas atividades).

A execução do Plano seguirá à avaliação do processo e devolutiva para a comunidade, que consiste na divulgação dos resultados alcançados, elemento essencial para a educação cidadã e para o fortalecimento dos vínculos comunitários estabelecidos durante o processo.

H. EQUIPE DE TRABALHO

Nº	Cargo	Quantidade de trabalhadores	Forma de vínculo	Carga Horária Semanal	Remuneração	
					Remuneração bruta (mensal)	Total remuneração bruta anual
1	Coordenador de projetos	01	MEI	20	R\$ 1700,00	R\$ 20.400,00
2	Educadora Social	01	MEI	20	R\$ 1500,00	R\$ 18.000,00
3	Mobilizadora	01	MEI	20	R\$ 1300,00	R\$ 15.600,00
4	Cozinheira	01	MEI	20	R\$ 1000,00	R\$ 12.000,00

I. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

1.	Receitas	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	TOTAL
1.1	Recursos recebidos													
1.2	Rendimentos													
TOTAL GERAL DE RECEITAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	Despesas	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	TOTAL



2.1	Recursos Humanos	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500	66.000,00
2.2	Alimentação		1402	1402	1402	1402	1402	1402	1402	1402	1402	1402	1402	14020,00
2.3	Material Pedagógico	1.115,52												1.115,52
2.4	Translado					2000				2285,17				4.285,17
2.4	Material Permanente	4.579,31												4.579,31
2.5														
2.6														
TOTAL GERAL DE DESPESAS		11380	6400	6400	6400	9900	6400	6400	6400	8400	6400	10400	5120	90000,00

J. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO	1º SEMESTRE
I	R\$ 90.000,00

L. BENS A SEREM ADQUIRIDOS

	Descrição do Bem	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Justificativa para aquisição
1	Notebook	2	2.289,65	R\$ 4.579,31	Aquisição de notebook para realização das oficinas, elaboração de relatórios, confecção de recursos para as atividades, etc.
2					
3					
		0	4.579,31	0,00	

Valença – Bahia, 29 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA VANUZIA DE JESUS OLIVEIRA
Data: 12/02/2025 14:46:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

INSTITUTO MUTÁ – CNPJ: 09.333.522/0001-80
Maria Vanúzia de Jesus Oliveira
Presidente